

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ABORDAGENS SOB A ÓTICA DA NECROPOLÍTICA E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Maria Giovanna Mantovani (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Valéria Silva Galdino Cardin (Orientadora). E-mail: vsghcardin@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Maringá, PR.

Direito, Teoria do Direito /Antropologia Jurídica.

Palavras-chave: Necropolítica, Biopoder, Direitos da Personalidade.

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar os resultados das políticas públicas aplicadas a população em situação de rua no contexto brasileiro, e o afastamento gerado entre o indivíduo vulnerável e a sociedade, resultando em uma marginalização cada vez mais observável na problematização oferecida por Achille Mbembe. Dessa forma, a pesquisa é fundamentada na obra do autor Achille Mbembe: *Necropolítica* (2011) que desenvolve a teoria da Necropolítica e do Biopoder. O autor retrata a máquina estatal como máquina de guerra que possui o poder de selecionar os corpos que devem sobreviver e os que devem morrer, através da concepção de valor para o sistema vigente, tornando descartáveis os corpos que não possuem capacidade de gerar lucro na lógica estabelecida. Trata-se de um conjunto de políticas que gera a degradação de recortes sociais específicos, como a população sem teto. Ademais, pretende-se compreender a proteção dos direitos da personalidade no contexto da população em situação de rua, investigando os reflexos da violação de tais direitos. Por fim, é utilizado o método hipotético-dedutivo, sendo a pesquisa bibliográfica e documental.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva analisar o sistema de desigualdade existente no Brasil que cria mecanismos para legitimar a exclusão social de grupos que não beneficiam a estrutura econômica estatal. Portanto, através de uma observação sistemática do assunto nas mídias informacionais, é nítida a necessidade que discursos meritocratas ganhem apoio popular. No cenário das populações desabrigadas, a falta de teto deve sempre ser lida como um fenômeno individual, como fracasso singular.

Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, desenvolvida a partir do método hipotético dedutivo, com ênfase na revisão de literatura e análise de documentos e relatórios oficiais. Como aporte teórico, o estudo se fundamenta na obra *Necropolítica* (2011), de Achille Mbembe, cuja concepção sobre biopoder serve

de base para problematizar a seletividade estatal na definição de quais vidas são reconhecidas como dignas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Será utilizado o método hipotético dedutivo em que serão apresentadas as hipóteses dos problemas enumerados no desenvolvimento do projeto, a fim de promover as devidas verificações ou identificar a falseabilidade das sugestões apresentadas. Ainda, será observada a inter-relação de suas variáveis para com isso contribuir, por meio da pesquisa teórica, que se concretizará na revisão de literatura da obra do autor Achille Mbembe: *Necropolítica* (2011) que desenvolve a teoria da Necropolítica e do Biopoder.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A crença em que os fatores que levam o indivíduo a situação de rua são fracassos pessoais, que adictos, desempregados, refugiados e demais desabrigados não foram submetidos, mas sim culpados pela situação em que se encontram, fortalece o discurso para desumanizar esses corpos.

A identificação dos elementos contrários ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana nas políticas destinadas ao tratamento da população em situação de rua se revela como uma necessidade premente em um contexto que esses indivíduos são progressivamente marginalizados da consciência social.

Com um histórico de políticas de criminalização da população em situação de rua, o Brasil possui, desde sua época imperial, um combate direto a esse grupo. Criminalizações como a vadiagem, a ociosidade e a mendicância exemplificam o combate do poder soberano à extrema pobreza.

Atualmente, ampara-se o sonegador de imposto, crime em teoria praticado por quem pertence a classes de maior poder econômico, em detrimento dos crimes praticados pela plebe: furto, apropriação indébita, estelionato, que não possui a vantagem de ter a punibilidade extinta para quem realiza o pagamento antes da apresentação da denúncia criminal, como ocorre na situação de sonegação fiscal.

Em um contexto de violência, degradação e apagamento social, a violação dos direitos da personalidade demonstram a ineficiência das políticas públicas destinadas à população desabrigada no Brasil. Preceitos como o direito à integridade física são gravemente violados. A escassez de água potável, esgoto tratado e condições de higiene básica apontam para a incipiência de políticas de saúde pública voltada para esse recorte social. A identificação dos fatores que levam a violação desses preceitos fundamentais demonstra-se necessária para a compreensão da perspectiva enfrentada por essa população. (VALLE, FARAH, 2020)

As políticas públicas utilizadas no tratamento com a população em situação de rua no Brasil são marcadas pela lógica de valoração observada na problemática tratada por Mbembe em suas obras, *Política da Inimizade* (2018) e *Necropolítica* (2011). A arquitetura hostil aplicada em bancos de praças, marquises de edificações públicas

e sob viadutos demonstra a higienização social com a qual o Estado brasileiro lida com seus desabrigados.

Os esforços estatais direcionam-se para o ocultamento desses indivíduos das ruas dos grandes centros urbanos. Nesse contexto, a relação de valor transparece através da proteção dos bens estatais em detrimento da vulnerabilidade de um indivíduo que já não representa mais valor econômico para o Estado.

Mbembe problematiza no segundo capítulo de sua obra *Necropolítica* (2011) que traz como título “O Biopoder e a Relação de Inimizade” a lógica do valor da vida na sociedade capitalista, que reside no valor útil da mão de obra do indivíduo. Aquele que não atende mais às necessidades do sistema econômico, torna-se descartável perante a lógica do Biopoder.

O autor ainda destaca o papel da lógica estabelecida pelo sistema na transformação da vida em mercadoria, como evidência a passagem da obra *Necropolítica* (2011): “Uma relação desigual é estabelecida ao mesmo tempo em que é afirmada a desigualdade do poder sobre a vida. Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu senhor.” (MBEMBE, p. 29, 2011)

De acordo com Mbembe, a abordagem da Necropolítica necessariamente atravessa questões raciais. Analisando os efeitos da exploração e do estabelecimento tardio da lógica capitalista nos países com herança colonial, Mbembe argumenta no segundo capítulo de sua obra “*Necropolítica*” (2011) que é impossível dissociar a lógica de valor para o poder estatal e as marcas do escravagismo colonialista.

Em um contexto tão complexo como o que as populações desabrigadas enfrentam no Brasil o fator raça é um pilar central para entender a formação desse recorte social. Pretos e pardos formam 68% dos desabrigados em situação de rua, como aponta o Relatório Preliminar sobre a População em Situação de Rua (2022).

A obra *Necropolítica* (2011) permite discutir como Mbembe problematiza o uso da soberania para definir os corpos que possuem o direito à vida, como evidenciado no trecho “Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é.” (MBEMBE, p.41, 2011).

CONCLUSÕES

Conclui-se que através da teoria da Necropolítica de Achille Mbembe, a pesquisa evidencia que as políticas públicas brasileiras direcionadas à população em situação de rua manifestam uma lógica de valoração que marginaliza e torna descartáveis os indivíduos que não se enquadram na utilidade econômica do sistema. Esta abordagem se traduz em um histórico de criminalização, discursos meritocráticos que individualizam o problema, e a implementação de arquiteturas hostis que visam o ocultamento desses sujeitos. Consequentemente, observa-se a violação sistemática dos direitos da personalidade e a ineficiência na proteção dessa população. A análise aprofunda-se ao sublinhar que a questão racial é um pilar central na compreensão dessa vulnerabilidade social, refletindo a herança colonial na definição do valor da vida e na operacionalização da soberania estatal.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora orientadora Valéria Silva Galdino Cardin, à Universidade Estadual de Maringá e à Fundação Araucária.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2014.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2011.

MBEMBE, A. **Política da inimizade**. Tradução de Francisco de Oliveira. Lisboa: Antígona, 2018.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC). **Relatório Preliminar População em Situação de Rua** - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal. Brasília: MDHC, 2023.

SOUSA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. São Paulo: Letramento, 2019.

VALLE, F. A. A. L; FARAH, B. F. **As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua**. In: Ciência & Saúde Coletiva, 08 mai. 2020.